

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: ENTORNO DE UMA LEITURA A PARTIR DA REALIDADE NAS ESCOLAS

Hortência Pessoa Rêgo Gomes
Universidade Federal Rural do Semi-Árido
hortenciapessoa@ufersa.edu.br

Camila Virgínia Gomes Pessoa
Faculdade Evolução do Alto Oeste Potiguar
gomes_pessoa@hotmail.com

Cícero Nilton Moreira da Silva (Orientador)
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
ciceronilton@yahoo.com.br

Resumo: Na educação formal, a EA é um tema muito complexo e que merece muito aprofundamento para sua abordagem, também por ser uma área com estudos ainda em desenvolvimento. Para isso, é preciso desenvolver a EA permanentemente, posto que não é algo que se alcance através de decretos ou leis apenas, mas sim com ações educacionais de fato. A Pesquisa foi desenvolvida na cidade de Pau dos Ferros (RN), especificamente em escolas do Ensino Médio e do Ensino Fundamental, da Rede Estadual de Educação. Foi aplicado um questionário entre os professores, entrevistas com a equipe pedagógica sobre as ações de formação docente e a inserção ou não de ações de EA nas atividades curriculares. Além de consulta documentos oficiais das escolas pesquisadas, como Projeto Político Pedagógico. As principais dificuldades citadas pelos professores em relação ao desenvolvimento das ações de EA, nas escolas pesquisadas, dizem respeito à mobilização da comunidade escolar, às questões orçamentárias e estruturais, capacitação e compreensão do tema, visto que a maioria deles não participou de nenhum curso de formação inicial ou continuada de EA. A participação em projetos interdisciplinares é, na maioria das vezes, proposta pela equipe pedagógica das escolas. Para abordar as temáticas ambientais, percebemos que o livro didático (LD) ainda tem grande influência sobre os conteúdos abordados pelos docentes, nos tipos de aulas que acontecem nas escolas. Principal fonte de pesquisa de professores e alunos, o LD é utilizado como principal referencial teórico e de abordagem metodológica para tratar das temáticas ambientais.

Palavras-chave: Educação, Ambiental, Escola.

INTRODUÇÃO

Os problemas ambientais vêm aumentando gradativamente desde a ascensão da Revolução Industrial. Com o desenvolvimento das tecnologias de exploração a partir deste período, a interferência dos seres humanos na natureza vem intensificando a exploração dos recursos naturais. A intervenção e exploração desordenadas nos ambientes naturais podem colocar em risco a sobrevivência humana e das demais espécies do Planeta. Devido a esse aumento da exploração de recursos, a preocupação com os problemas decorrentes desta exploração também vem se destacando nas últimas décadas devido, principalmente, ao crescimento de movimentos ambientalistas. Estes movimentos propõem o uso racional dos recursos naturais e/ou energéticos e a EA das populações como umas das formas de minimizar os impactos decorrentes das ações sobre o meio ambiente.

Assim, a EA vem crescendo e assumindo um papel muito importante na busca da conscientização e sensibilização dos indivíduos sobre as questões ambientais. Essa demanda surge em vários setores da sociedade, sejam empresas, instituições públicas, privadas, governamentais e não-governamentais, educação formal e não formal.

Todas as recomendações, decisões e tratados internacionais sobre o tema evidenciam a importância atribuída por lideranças de todo o mundo para a Educação Ambiental como meio indispensável para se conseguir criar e aplicar formas cada vez mais sustentáveis de interação sociedade-natureza e soluções para os problemas ambientais. Evidentemente, a educação sozinha não é suficiente para mudar os rumos do planeta, mas certamente é condição necessária para tanto (BRASIL, 1998, p. 22)

Na educação formal, a EA é um tema muito complexo e que merece muito aprofundamento para sua abordagem, também por ser uma área com estudos ainda em desenvolvimento. Além disso, com tantos problemas ambientais percebidos no nosso planeta, são necessárias a conscientização e a sensibilização dos indivíduos, principalmente dos jovens e crianças nas escolas. Para isso, é preciso desenvolver a EA permanentemente, posto que não é algo que se alcance através de decretos ou leis apenas, mas sim com ações educacionais de fato. Assim, o objetivo deste trabalho é conhecer as ações de EA desenvolvidas nas escolas e os referenciais teóricos em que se baseiam para desenvolver estas ações e se estão inseridas na proposta pedagógicas das mesmas.

METODOLOGIA

A Pesquisa foi desenvolvida na cidade de Pau dos Ferros (RN), especificamente em escolas do Ensino Médio e do Ensino Fundamental, da Rede Estadual de Educação, que serão identificadas no corpo do trabalho pelas denominações: Escola A, Escola B e Escola C, respectivamente, para garantir o anonimato das mesmas e dos dados obtidos. Foi aplicado um questionário entre os professores, entrevistas com a equipe pedagógica sobre as ações de formação docente e a inserção ou não de ações de EA nas atividades curriculares. Foram solicitados e consultados documentos oficiais das escolas pesquisadas, como Projeto Político Pedagógico (PPP), relatórios de encontros de formação docente, dada a importância desse documento e necessidade de formação para a constante melhoria do desempenho docente. Além da aplicação de questionário sobre as ações de EA nas referidas escolas.

O contato com os professores ocorreu em variados momentos, durante todo o processo de aplicação do trabalho de campo nas comunidades escolares supracitadas: antes do início das aulas, nos intervalos, nas reuniões para planejamento pedagógico. O questionário

foi entregue a todos os professores que se disponibilizaram a respondê-lo, independente da área de formação e atuação, dado o caráter interdisciplinar da EA, após a apresentação dos objetivos da pesquisa. Foram desconsiderados os professores que não quiseram participar da pesquisa. O recebimento dos questionários dependeu da disponibilidade destes.

O questionário apresentado foi composto por questões abertas e fechadas. As questões abertas permitem ao informante responder livremente, usando linguagem própria e emitir opiniões, As questões fechadas são aquelas em que o informante escolhe sua resposta entre duas opções, tais como: “sim” e/ou “não” (Markoni e Lakatos, 1999, p.103).

As questões abordaram aspectos sobre o desenvolvimento de ações relativas a este tema na escola e sua presença ou não na proposta pedagógica da mesma. As perguntas foram elaboradas visando verificar a concepção de EA dos professores e os referenciais teórico-metodológicos consultados por estes na realização de ações de EA nas escolas. Buscou-se elaborar perguntas claras e compreensíveis para os respondentes, não causando desconforto ou dúvidas, tentando não induzir respostas, abordando um aspecto de cada vez.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A ideia que temos, considerando o apanhado em debate neste estudo, é que os professores, ao abordarem as temáticas ambientais, não a realizam de maneira crítica, resumindo-se em realizar atividades esporádicas e superficiais, muitas vezes restritas às disciplinas de Ciências Naturais e Geografia no Ensino Fundamental e Geografia e Biologia, no Ensino Médio.

As principais dificuldades citadas pelos professores em relação ao desenvolvimento das ações de EA, nas escolas pesquisadas, dizem respeito à mobilização da comunidade escolar, às questões orçamentárias e estruturais, capacitação e compreensão do tema, visto que a maioria deles não participou de nenhum curso de formação inicial ou continuada de EA. A participação em projetos interdisciplinares é, na maioria das vezes, proposta pela equipe pedagógica das escolas. Não surgem da necessidade ou sugestão dos alunos e professores, o que dificulta o engajamento da comunidade escolar nestes projetos. Quando esses projetos surgem da necessidade de alunos e professores, podem tornar as temáticas significativas e a busca por reflexões para os mesmos, como um desafio não somente individual, mas também de caráter coletivo.

Para abordar as temáticas ambientais, percebemos que o livro didático (LD) ainda tem grande influência sobre os conteúdos abordados pelos docentes, nos tipos de aulas que acontecem nas escolas. Principal fonte de pesquisa de professores e alunos, o LD é utilizado como principal referencial teórico e de abordagem metodológica para tratar das temáticas ambientais. Muitas vezes retirando a autonomia dos professores sobre as temáticas e formas de abordagem dos conteúdos curriculares, não apenas em relação à EA.

Também foram citados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que devem servir como referência de renovação e reelaboração da proposta curricular, em todo o território nacional. De modo geral, os PCN estruturam-se em documentos que abordam os conteúdos das diferentes áreas do conhecimento, ou seja, do Ensino Fundamental ao Médio. Compõem, também os PCN, documentos que se referem aos temas transversais ou temas interdisciplinares, que são temas que devem ser tratados como partes integrantes do currículo, a fim de contribuir para a construção da cidadania, a partir da compreensão da realidade social e dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal, coletiva e ambiental. Os temas transversais são: ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual e pluralidade cultural. Apesar da importância desses temas na formação do indivíduo, estes temas não devem ser entendidos como novas disciplinas, mas abordados de forma integrada entre as diferentes áreas.

Conforme preconiza a PNEA, em seu Artigo 10: “A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.” E no Parágrafo 1, “A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino.”

Sabemos que, apesar dos avanços na área de EA, como uma legislação que garante o acesso à mesma, sua implantação está longe de ser efetivada. Essa legislação compromete os sistemas de ensino a oferecê-la em instituições de ensino formal. Em tese, esse direito estaria assegurado. Entretanto, não há garantias de sua efetivação, pois essa legislação não prevê penalidade para os sistemas de ensino que não a cumprirem. Apenas o artigo 12 da Lei nº 9.795/99 prevê penalidade para os estabelecimentos de ensino, públicos e particulares, sob a pena de não serem autorizados a funcionar. Ainda é necessário que os educadores conheçam suas diretrizes e referenciais, através de cursos específicos para a área ou em disciplinas que compõem a grade curricular de cursos superiores e de pós-graduação.

É necessário ainda ressaltar que, embora recomendada por todas as conferências internacionais, exigida pela Constituição e declarada como prioritária por todas as

instâncias de poder, a Educação Ambiental está longe de ser uma atividade tranquilamente aceita e desenvolvida, porque ela implica mudanças profundas e nada inócuas. (BRASIL, 1998, p. 23)

Devido a esse entendimento a respeito da EA como tema transversal, os cursos de formação de professores não são obrigados a incluir em suas grades curriculares, um componente curricular de EA. No Artigo 10 da PNEA, diz-se que é facultada a criação de disciplina específica para “os cursos de pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da Educação ambiental, quando se fizer necessário” e no Artigo 11, que “a dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e todas as disciplinas”. Um exemplo dessa realidade é que as matrizes curriculares dos cursos de licenciaturas devem ofertar a disciplina de Educação Ambiental como optativa, na formação dos futuros professores. Não deve ser componente curricular obrigatório, apenas optativa. Ou seja, o futuro professor deve optar se quer ou não cursar este componente curricular. Assim, faz-se necessário a formação continuada dos educadores, para que conheçam a PNEA e possam efetivá-la nas salas de aula.

Devido à importância do papel da educação no processo de humanização do indivíduo e de transformação social, poderíamos associar o desenvolvimento da sociedade à evolução da educação. Desta forma, surge a necessidade de sistematizá-la e organizá-la em função de determinados fins e objetivos. A EA como parte do processo de educação, não pode ser pensada como sendo apolítica, e nem tampouco a escola como um espaço neutro fora das divergências sociais.

Ao mesmo tempo que a EA tem a chance de estar presente em todas as disciplinas, de modo interdisciplinar, por não ser obrigatoriamente uma disciplina do currículo, pode acabar sendo deixada em segundo plano, em relação aos conteúdos disciplinares. Ou mesmo sendo tratada apenas como uma forma de abordar os problemas ambientais de forma ingênua, isto é, sem levar em consideração as questões sociais e econômicas relacionadas a estes. As problemáticas ambientais são, antes de tudo, questões socioeconômicas, socioculturais e sociopolíticas que envolvem tomadas de postura ideológica frente aos atores, interesses e concepções de mundo diferentes e que, dependendo da abordagem adotada pelo professor, podem assumir direções conservadoras ou emancipatórias.

Sem negar a existência da dimensão teórica da educação e da questão ambiental, entendemos que a teoria é, e deve ser articulada à política e a critérios éticos na elaboração e implementação de um currículo pedagógico. Entendemos que uma EA de ênfase somente

teórica reduz a complexidade do real, e o indivíduo se limita a conhecer os problemas existentes. Sendo que as dimensões de conscientização e sensibilização não podem prescindir de uma atitude crítica, participativa e comprometida com a ampliação da cidadania frente a este exercício de tomada de postura político-ideológica.

Conhecer a realidade que nos cerca, entender a dimensão do que acontece e possuir os conhecimentos básicos que permitam encaminhar as discussões em sala de aula torna-se imprescindível, para a construção de práticas docentes que auxiliem na formação de sujeitos críticos e desenvolvam competências e habilidades para a compreensão das problemáticas ambientais.

Segundo os PCN, a principal função da EA dentro da escola “é contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos a decidirem e a atuarem na realidade socioambiental de modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade, local e global” (BRASIL, 1998, p. 21). Assim, o grande desafio para a educação é trabalhar atitudes, formação de valores, habilidades e competências, não apenas com informações e conceitos. Tendo em vista que comportamentos ambientalmente saudáveis são aprendidos na prática, no dia-a-dia da escola.

O trabalho com o tema Meio Ambiente deve ser desenvolvido visando-se proporcionar aos alunos uma grande diversidade de experiências e ensinar-lhes formas de participação, para que possam ampliar a consciência sobre as questões relativas ao meio ambiente e assumir de forma independente e autônoma atitudes e valores voltados à sua proteção e melhoria (BRASIL, 1998, p. 51)

Nesta tarefa de formar cidadãos conscientes, outros componentes vêm se juntar à escola: a sociedade, a família e a mídia. A sociedade, responsável pelo processo como um todo, os padrões de comportamento apresentados pela família e as informações veiculadas pela mídia exercem especial influência sobre as crianças e adolescentes em formação. Não apenas no que se refere à área ambiental, mas em muitas áreas do conhecimento. Esse conhecimento, acumulado no dia a dia, deverá ser trazido e incluído nos trabalhos da escola, para que se estabeleçam as relações entre esses dois universos no reconhecimento dos valores que se expressam por meio de comportamentos, técnicas, manifestações artísticas e culturais.

Os meios de comunicação de massa são a grande fonte de informações que a maioria dos educandos e das famílias possuem sobre o meio ambiente. Embora, muitas vezes, abordem os assuntos relacionados ao meio ambiente de forma superficial, apenas apresentando o problema, ou equivocada, apresentando-os apenas como uso inadequado dos

recursos naturais, a mídia vem tratando de questões ambientais. Contrapondo o discurso dos mesmos meios de comunicação, que incentivam o consumo cada vez maior de produtos e serviços. Assim, é importante que se trabalhe o desenvolvimento de uma postura crítica diante da realidade, bem como não olvidando as informações veiculados pela mídia, contrastando-as com os valores e atitudes trazidos de casa.

Nos dias de hoje, a mídia desempenha um papel decisivo na formação do universo de conhecimentos das crianças, ao introduzir informações diversas sobre outras realidades. Essas informações, ao serem incorporadas pelas crianças, passam a fazer parte do seu universo de interesse, podendo, assim, ser mais facilmente trabalhadas pela escola. Por meio dessas informações, a criança pode ampliar seu universo de conhecimentos e formar a noção do quão amplo é esse universo. (BRASIL, 1998, p. 50).

Para isso, o professor precisa conhecer o assunto, estar em permanente atualização; buscar junto com seus alunos mais informações em publicações ou com especialistas, e fazê-lo junto com os alunos representa excelente ocasião de, simultaneamente e pela prática, desenvolver procedimentos elementares de pesquisa e sistematização da informação, medidas, considerações quantitativas, apresentação e discussão de resultados. Visto que, juntos com os alunos, irão fazer o levantamento dos problemas, suas causas, efeitos e possíveis formas de resolução ou amenização dos mesmos (BRASIL, 1998).

A Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental de Tbilisi definiu, em 1977, como princípios da EA a ser desenvolvida nas escolas: considerar o meio ambiente em sua totalidade; constituir um processo permanente; aplicar um enfoque interdisciplinar; examinar as principais questões ambientais do ponto de vista local, regional, nacional e internacional; concentrar-se nas questões ambientais atuais, levando em conta uma perspectiva histórica; insistir no valor e na necessidade da cooperação local, nacional e internacional para prevenir os problemas ambientais; considerar os problemas ambientais nos planos de desenvolvimento e crescimento; promover a participação dos alunos na organização de suas experiências de aprendizagem; estabelecer uma relação entre a sensibilização ao meio ambiente, a aquisição de conhecimentos, atitude para resolver problemas e clarificação de valores, procurando, sensibilizar os mais jovens na sua própria comunidade; ajudar os alunos a descobrirem os sintomas e as causas reais dos problemas ambientais; ressaltar a complexidade dos problemas ambientais e a necessidade de desenvolver o sentido crítico e as

atitudes necessárias para resolvê-los; utilizar diversos ambientes com a finalidade educativa ressaltando principalmente as atividades práticas e as experiências pessoais. (BRASIL, 1998).

Assim, ao abordar as temáticas ambientais nas escolas devem ser levados em consideração alguns aspectos. Um deles é considerar o meio ambiente em sua totalidade. Ou seja, entender que todos os seres vivos (matéria orgânica) e matéria inorgânica estão relacionados entre si, formando um todo, que dependem uns dos outros e interagem entre si. Neste aspecto, uma das principais ênfases deve ser o entendimento do ser humano como parte integrante desse meio, não como um ser à parte, superior às demais espécies. A construção de um processo permanente de EA pode contribuir para a convivência mais racional entre os seres humanos e as demais espécies e a exploração mais racional dos recursos naturais. Desse modo, aplicar um enfoque interdisciplinar para a EA permite uma visão holística dos problemas e a busca por reflexões sobre estratégias alternativas que reduzam os impactos das ações humanas sobre o ambiente.

Examinar as principais questões ambientais do ponto de vista local, regional, nacional e internacional também ganha relevo no que se refere à abordagem socioambiental para a EA. Ao tratar dessas temáticas, com os problemas mais próximos da comunidade escolar, localizados no entorno da escola ou residências dos alunos (isso não significa que os problemas mais distantes, que não afetem diretamente a comunidade escolar), não possam ser tratados primeiro, principalmente, quando são noticiados pela mídia e causam comoção social. Assim, pode-se fazer o caminho inverso, partindo do global ou nacional, para o local.

É fato que o trabalho com a realidade mais próxima possui a qualidade de oferecer um universo acessível e conhecido e, por isso, possível de ser campo de aplicação do conhecimento. Dessa forma ele se torna essencial para o exercício da participação. Mas, por outro lado, as crianças sempre demonstram bastante interesse por assuntos que não fazem parte da sua realidade mais próxima (...) não é necessário que a criança conheça primeiro a sua realidade para que possa depois compreender o que está além dela (BRASIL, 1998, p. 50).

Concentrar-se nas questões ambientais atuais e, a partir destas, levar em conta uma perspectiva histórica, demonstrando que os problemas ambientais têm um tempo e um contexto histórico de surgimento e desenvolvimento. Insistir no valor e na necessidade da cooperação local, nacional e internacional para prevenir os problemas ambientais, compreendendo que as atitudes individuais influenciam diretamente na solução dos problemas é um caminho possível. No entanto, ações isoladas de indivíduos, pequenos grupos ou

comunidades não resolvem todos os problemas relacionados ao meio ambiente. Mas, com atitudes individuais e cooperação das comunidades local, nacional e internacional pode-se haver contribuições plausíveis, aos poucos ou gradativamente, para isto.

A escola é uma instituição social com poder e possibilidade de intervenção na realidade. Assim, deve estar conectada com as questões mais amplas da sociedade, incorporando-as à sua prática. A participação da escola em movimentos amplos de defesa do meio ambiente, quando estiverem relacionados aos objetivos escolhidos pela escola para o trabalho com o tema Meio Ambiente, deve ser incentivada (BRASIL, 1998, p. 53)

Debater sobre os problemas ambientais nos planos de desenvolvimento dos países e perspectivas de crescimento econômico, bem como promover a participação dos alunos na organização de suas experiências local/regional, podem acabar contribuindo para que a aprendizagem seja significativa e contribuir para o desenvolvimento de valores e atitudes, competências e habilidades no pensamento/discussão sobre os problemas ambientais.

Estabelecer uma relação entre a sensibilização ao meio ambiente, a aquisição de conhecimentos, atitudes para resolver problemas e clarificação de valores, procurando, sensibilizar os mais jovens na sua própria comunidade, que multiplicarão esses conhecimentos para os demais membros da comunidade torna-se, portanto, um viés salutar, valorizado no processo de ensino-aprendizagem coletivo.

Ajudar os alunos a descobrirem os sintomas e as causas reais dos problemas ambientais, ressaltando a complexidade dos problemas ambientais e a necessidade de desenvolver o sentido crítico e a refletirem a respeito das atitudes necessárias para resolvê-los, podem representar espaços propícios, com a finalidade educativa, ressaltando, principalmente, as atividades práticas e as experiências grupais e/ou atitudes pessoais frente ao desafio da problemática de EA.

Para tratar a EA numa abordagem mais crítica, é necessário o conhecimento dos pressupostos teóricos metodológicos que embasam a mesma no Brasil e o mundo. Como mencionamos anteriormente, a formação inicial dos professores pode não oferecer a possibilidade de conhecimento desses pressupostos. Assim, para que a prática docente atenda às necessidades educativas da comunidade e se adeque às mudanças sociais, é necessária uma formação complementar. Esse processo permanente de construção do conhecimento e desenvolvimento profissional, transcende os cursos de formação inicial e de qualificação. Esse processo, chamado de formação continuada, inclui:

[...] a formação de uma identidade pessoal e profissional que reconhece a docência como um campo de conhecimentos específicos, onde os profissionais contribuem com seus saberes, seus valores e suas experiências (MENDONÇA, 2007, p.46) .

Essa proposta de formação continuada deve levar em consideração a EA “como um processo educativo que dialoga com valores éticos e regras políticas de convívio social, cuja compreensão permeia as relações de causas e efeitos dos elementos socioambientais numa determinada época, para garantir o equilíbrio vital dos seres vivos” (MENDONÇA, 2007, p.46).

Assim, a formação continuada, atrelada a este conceito, deve considerar a inserção da EA com sua condição de transversalidade, contemplando o ideal de uma nova organização de conhecimentos por meio de práticas interdisciplinares; abordar o conceito crítico de EA, para não correr o risco de cair num leitura escamoteada e/ou pseudo-neutra, despolitizada; a mudança de valores e atitudes nos indivíduos, preconizados pela EA não é suficiente para gerar mudanças estruturais na sociedade, de um modo geral.

A mudança de postura político-ideológica individual ou de grupo, assume papel preponderante como principal vetor para a mudança global; pode vir a representar, a princípio, uma visão simplista do trabalho com as relações sociais e, por conseguinte, não sendo suficiente para mudar o padrão de desenvolvimento; portanto, o processo de EA deve procurar incidir, ao mesmo tempo, no individual e no coletivo. E, no caso da escola, isto pressupõe também um aprendizado institucional. Dessa forma, os elementos conceituais que orientam a EA poderiam estar no “núcleo duro” da institucionalidade da educação, como nos PPP e na própria gestão escolar. Ao trabalhar com movimentos individuais e coletivos, ao mesmo tempo, a EA torna-se um fenômeno político (MENDONÇA, 2007).

Além da necessidade de formação continuada dos professores, torna-se crucial efetivar a PNEA. A Lei 9795/ 99 dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental; reafirma em seu Artigo 3º, o direito à EA a todo cidadão brasileiro, como parte do processo educativo mais amplo e compromete as instituições educativas a promover a mesma, de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem. Em outras palavras, poderíamos dizer que os indivíduos têm garantido esse direito, durante todo o seu período de escolarização, ao menos no que se refere ao que se encontra descrito na legislação.

A esse tocante, segundo o Censo Escolar do INEP, 94% das escolas do ensino fundamental, em 2004, diziam praticá-la, seja por meio da inserção temática no currículo em projetos ou até mesmo em disciplina específica (LIPAI, LAYRARGUES E PEDRO, 2007). Essa universalização, no entanto, não garante que esteja em consonância com os objetivos e princípios da PNAE. A existência de legislação pertinente, não garante no entanto, a efetivação da mesma. Mesmo o conhecimento e o reconhecimento da PNAE não garante sua efetivação.

Portanto, não basta haver consenso sobre a importância da PNEA. Mais que um instrumento voltado à construção de sociedades sustentáveis, sua apropriação crítica é uma forma de educação política e do exercício da cidadania. Seu conhecimento possibilita o diálogo entre os atores e instituições envolvidos com sua implementação e a mobilização pela ampliação de recursos, fortalecimento dos programas e, conseqüentemente, ampliação de sua efetividade (LIPAI, LAYRARGUES E PEDRO, 2007, p.32).

Segunda as diretrizes do MEC, a EA no Brasil, pode desenvolvida por meio de três modalidades básicas: projetos interdisciplinares; disciplinas especiais; e inserção da temática ambiental nas disciplinas. Como vimos, nas escolas pesquisadas, duas modalidades são desenvolvidas: os projetos interdisciplinares, geralmente nas datas comemorativas das temáticas ambientais ou temática específica, levantada pela comunidade escolar. E a inserção nos conteúdos das disciplinas, como tema transversal, como preconizado nos PCN. Como disciplina especial ou específica, já abordamos que a PNEA só permite em cursos de graduação ou pós-graduação.

A participação da comunidade escolar em projetos interdisciplinares, principalmente se advirem de demandas da própria comunidade escolar, pode incentivar a uma maior participação da mesma. Durante nossas visitas às comunidades escolares, pudemos presenciar algumas ações desenvolvidas pela Escola B, cuja temática era a falta de água na Região Nordeste, principalmente, na cidade de Pau dos Ferros, que passa por uma crise hídrica. Essas ações eram componentes de um projeto interdisciplinar, que buscava a economia de água e reaproveitamento de materiais. A culminância do projeto era uma exposição com cartazes sobre a temática da água, ainda favorecendo a confecção de roupas e objetos com materiais recicláveis. Aparentemente, havia uma mobilização da comunidade escolar para o desenvolvimento do projeto. Visto que, neste dia, todos os professores e alunos iriam participar da exposição. Ressaltamos que, quando de nossa chegada na escola, o projeto já

estava em andamento há duas semanas. Então, não temos como mensurar a participação efetiva da comunidade escolar nesta ação.

CONCLUSÕES

Apesar de as ações desenvolvidas buscarem uma introdução no currículo escolar dos preceitos referentes ao tema, podemos perceber que as escolas ainda não praticam a EA na sua essência, apresentada nos referenciais que a orientam no Brasil. A legislação pertinente prevê sua implantação nas instituições de ensino, mas não há uma dotação orçamentária para formação dos educadores ou implantação do Programa Nacional de Educação Ambiental. Os cursos de formação de professores, em geral, não oferecem em suas grades curriculares uma disciplina específica sobre o tema. Deve constar apenas como disciplina optativa. Somente os cursos de pós-graduação oferecem cursos específicos na área. Mas, não quer dizer que alguns educadores esforçados não estejam fazendo sua parte. A maioria das escolas brasileiras, segundo o Censo Escolar (LIPAI LAYRARQUES e PEDRO, 2007), incluem em seus projetos pedagógicos componentes da EA.

Não podemos negar que a EA deu grandes saltos. Mas, é necessário efetivar-se a PNEA, para garantir a formação dos educadores para atuarem nessa área, vencendo a fragmentação dos conhecimentos, abordando os conhecimentos de forma interdisciplinar na busca de um ambiente ecologicamente mais sustentável e socialmente mais justo.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Programa Nacional de Educação Ambiental - PRONEA**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/og/pog/rqs/pronea3.pdf>>. Acesso em: 20 de ago. 2015

_____. Ministério da Educação. **Programa parâmetros em ação, meio ambiente na escola**: guia para atividades em sala de aula. Brasília: MEC; SEF, 2001.

_____. **Lei nº 9795/99**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm>. Acesso em: 22 de set. 2015.

_____. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental**. Temas Transversais: meio ambiente. Brasília: MEC; SEF, 1998

DIAS, G. F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Gaia, 1992.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999



(83) 3322.3222
contato@conidis.com.br
www.conidis.com.br